


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua Sorbone, 375
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004953-48.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

JC Metals Metalurgica Ltda. propõe esta ação anulatória de débito fiscal com pedido de antecipação de tutela contra Fazenda Publica do Estado de São Paulo, postulando a anulação do AIMM, que lhe impôs multa e responsabilidade tributária por ICMS, uma vez que a NBX Indústria de Auto Peças Ltda., com quem manteve relações comerciais, cujas notas fiscais foram declaradas inidôneas, em procedimento realizado pela fiscalização fazendária, iniciado em 10/10/2013. Afirma que as operações comerciais com referida empresa ocorreram entre os meses de novembro/2012 a março/2013 e que a própria fiscalização fazendária reconheceu, quando da lavratura do AIMM, que as mercadorias deram entrada no seu estabelecimento. Aduz que houve os pagamentos e que está de boa-fé. Requereu, em sede de antecipação de tutela, a suspensão da execução fiscal e, no mérito, a anulação do débito fiscal. Juntou documentos (fls. 38/707).

A tutela provisória foi deferida (fls. 708).

A ré foi citada e contestou (fls.726/746), sustentando que as operações foram irregulares já que realizadas com empresa declarada inidônea, vez que não localizada no endereço indicado como de seu estabelecimento comercial, havendo, pois, fundamento para a responsabilização da autora; que cabe ao contribuinte acautelar-se com quem se relaciona comercialmente; que a multa aplicada não é inconstitucional, assim como os juros lançados. Juntou documentos (fls. 747/1004).

Réplica (fls. 1011/1029).

A fls. 1031 o Juízo determinou à autora que apresentasse planilha elucidativa, o que foi atendido a fls. 1043/1047, tendo sido juntadas, inclusive, cópias de recibos e extratos bancários.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

De tais documentos a FESP se manifestou a fls. 1081.

É o relatório.

Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido comporta acolhida.

O AIIM nº 4.038.540-1 (fls. 747/748) foi lavrado porque a autora teria recebido, em seu estabelecimento, diversas mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, no período de novembro/2012 a março de 2013, sendo vendedora a empresa NBX Industria de Autopeças Ltda, cujas notas fiscais foram declaradas inidôneas, eis que a emitente teria sido considerada pelo Fisco, em 10/10/2013, inexistente desde 24/10/2012 (fls. 786).

Observamos, primeiramente, ser incontroverso que a declaração de inidoneidade é posterior aos negócios comerciais entabulados entre a autora e a vendedor – *as transações ocorreram entre novembro/2012 a março/2013* – período este também incontroverso.

Nesse panorama, não se pode presumir a má-fé da parte autora, que deveria ter sido comprovada pelo réu.

Ainda há que se levar em conta que não constava do comprovante de inscrição e de situação cadastral da empresa NBX a informação de que houve a declaração de inidoneidade – veja-se o documento de fls. 490, impresso em 22/03/2013, época em que as empresas mantinham relacionamento comercial. O mesmo se diga das notas fiscais de fls. 494/512, onde se observa a "consulta de autenticidade" do documento e ainda o lançamento do termo "autorizada".

O certo é que, segundo os elementos trazidos aos autos, há prova suficiente das operações comerciais e pagamentos, o que elide a responsabilidade tributária da autora.

A planilha apresentada indica com clareza as folhas dos autos em que se encontram os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

pedidos de mercadorias, as notas fiscais e os respectivos pagamentos.

Posteriormente, juntou a autora, inclusive, diversos recibos de pagamento que indicam com precisão, a que nota fiscal e cheque se referem.

Juntou, ainda, a autora, documentos hábeis a comprovar autorização da empresa NBX para a realização de pagamentos a terceiros - fls. 415 e 483.

A solução posta nos autos encontra respaldo no julgamento proferido pelo STJ, em sede de recurso repetitivo, o qual sedimentou o entendimento no sentido de que a declaração de inidoneidade pelo Fisco só gera efeitos a partir da sua publicação, desde que comprovada, pelo contribuinte, a efetiva realização da operação mercantil.

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. CRÉDITOS DE ICMS. APROVEITAMENTO (PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE). NOTAS FISCAIS POSTERIORMENTE DECLARADAS INIDÔNEAS. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ. 1. ***O comerciante de boa-fé que adquire mercadoria, cuja nota fiscal (emitida pela empresa vendedora) posteriormente seja declarada inidônea, pode engendrar o aproveitamento do crédito do ICMS pelo princípio da não-cumulatividade, uma vez demonstrada a veracidade da compra e venda efetuada, porquanto o ato declaratório da inidoneidade somente produz efeitos a partir de sua publicação*** (Precedentes das Turmas de Direito Público: EDcl nos EDcl no REsp 623.335/PR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 11.03.2008, DJe 10.04.2008; REsp 737.135/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 14.08.2007, DJ 23.08.2007; REsp 623.335/PR, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 07.08.2007, DJ 10.09.2007; REsp 246.134/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, julgado em 06.12.2005, DJ 13.03.2006; REsp 556.850/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19.04.2005, DJ 23.05.2005; REsp 176.270/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

em 27.03.2001, DJ 04.06.2001; REsp 112.313/SP, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 16.11.1999, DJ 17.12.1999; REsp 196.581/MG, Rel. Ministro Garcia Vieira, Primeira Turma, julgado em 04.03.1999, DJ 03.05.1999; e REsp 89.706/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Segunda Turma, julgado em 24.03.1998, DJ 06.04.1998). 2. A responsabilidade do adquirente de boa-fé reside na exigência, no momento da celebração do negócio jurídico, da documentação pertinente à assunção da regularidade do alienante, cuja verificação de idoneidade incumbe ao Fisco, razão pela qual não incide, à espécie, o artigo 136, do CTN, segundo o qual "salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato" (norma aplicável, in casu, ao alienante). 3. In casu, o Tribunal de origem consignou que: "(...)os demais atos de declaração de inidoneidade foram publicados após a realização das operações (f. 272/282), sendo que as notas fiscais declaradas inidôneas têm aparência de regularidade, havendo o destaque do ICMS devido, tendo sido escrituradas no livro de registro de entradas (f. 35/162). No que toca à prova do pagamento, há, nos autos, comprovantes de pagamento às empresas cujas notas fiscais foram declaradas inidôneas (f. 163, 182, 183, 191, 204), sendo a matéria incontroversa, como admite o fisco e entende o Conselho de Contribuintes." 4. A boa-fé do adquirente em relação às notas fiscais declaradas inidôneas após a celebração do negócio jurídico (o qual fora efetivamente realizado), uma vez caracterizada, legitima o aproveitamento dos créditos de ICMS. 5. O óbice da Súmula 7/STJ não incide à espécie, uma vez que a insurgência especial fazendária reside na tese de que o reconhecimento, na seara administrativa, da inidoneidade das notas fiscais opera efeitos ex tunc, o que afastaria a boa-fé do terceiro adquirente, máxime tendo em vista o teor do artigo 136, do CTN. 6. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1148444/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/04/2010, DJe 27/04/2010)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **ANULO** o AIMM nº 4.038.540-1, **CONDENANDO** a parte ré em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios arbitrados, em atenção aos parâmetros dos incisos do § 2º do art. 85, e à regra do § 5º do mesmo dispositivo, da seguinte forma: (a) Valor da causa atualizado até esta data pela tabela prática modulada: R\$ 836.827,91; (b) sobre R\$ 187.400,00, ou 200 salários mínimos, no percentual de 10%, correspondente a R\$ 18.740,00 (b) sobre o que excedeu R\$ 187.400,00 até R\$ 836.827,91, ou seja, R\$ 649.427,91, no percentual de 8%, R\$ 51.954,23. Os honorários devidos aos patronos da embargante correspondem, pois, nesta data, a R\$ 70.694,23, nos quais fica condenada a parte ré.

Transcorrido o prazo para recursos voluntários, subam para reexame.

P.I

São Carlos, 29 de agosto de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA